& Ferreira, com sede no Pôrto, foi, por despacho de hoje, fixado em 120.000\$ o respectivo capital, a tributar pela taxa de 3,5.

Ministério das Finanças, 27 de Maio de 1939.— O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Supre-intendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 9:231

O quadro dos primeiros tenentes da classe de marinha foi fixado em cem pelo artigo 5.º do decreto-lei n.º 28:210, de 23 de Novembro de 1937, ficando porém estabelecido no artigo 153.º do decreto n.º 28:211, da mesma data (Estatuto dos Officiais da Armada), que o seu alargamento de noventa para cem se irá fazendo à medida que fôr havendo segundos tenentes que, devendo ingressar no quadro, não encontrem nêles vacatura.

De harmonia com estas disposições foi já aquele quadro alargado para noventa e três pela portaria n.º 9:014, de 11 de Junho de 1938.

Sucedendo agora ter sido promovido a segundo tenente, a contar de 15 de Abril último, por portaria de 10 de Maio, o guarda-marinha José Manuel Pombeiro Gomes Pereira, ficou êste official excedendo ao respectivo quadro, pelo que se torna necessário, em cumprimento do disposto no citado artigo 153.º, alargar para noventa e quatro o quadro dos primeiros tenentes.

Por estes fundamentos:

Manda o Governô da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, em harmonia com o artigo 153.º do decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937 (Estatuto dos Officiais da Armada), alargar desde 15 de Abril último para noventa e quatro o quadro dos primeiros tenentes da classe de marinha.

Ministério da Marinha, 3 de Junho de 1939.— O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:652

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governô decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a satisfazer, em conta da verba inscrita no artigo 40.º, do capítulo 5.º, do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano económico de 1939, as quantias abaixo mencionadas, importância de despesas efectuadas em 1938 com a mudança das Legações de Portugal em Roma e Varsóvia:

À Legação de Portugal em Roma — liras 5:269,56.

À Legação de Portugal em Varsóvia — zlotys 861,25.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governô da República, 3 de Junho de 1939.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de*

Em cumprimento do disposto no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 8 de Maio de 1935, e para os devidos efeitos se publica que S. Ex.ª o Presidente do Conselho e Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, por seu despacho de 30 de Maio último, autorizou, ao abrigo do disposto no § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 1.727\$ para a alínea c) do n.º 3) do artigo 27.º, do capítulo 3.º, do actual orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo 1.612\$13 da alínea a) e 114\$87 da alínea b) dos mesmos número, artigo, capítulo e orçamento.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 1 de Junho de 1939.— O Chefe da Repartição, *M. S. Navarro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Comissariado do Desemprêgo

Portaria n.º 9:232

Verificando-se a existência dum saldo de 5:591.661\$50 nas receitas previstas para o Fundo de Desemprêgo no ano de 1938: manda o Governô da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que a importância do referido saldo seja adicionada ao orçamento da despesa do Comissariado do Desemprêgo actualmente em vigor, onde será inscrito pela seguinte forma:

A reforçar o capítulo 3.º:

Artigo 14.º, n.º 1), alínea c)— Construção e conservação de edificios diversos	1.000.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 2), alínea a)— Casas económicas	500.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 2), alínea b)— Hospitais	200.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 2), alínea c)— Mercados e matadouros	800.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 2), alínea e)— Casas do Povo	200.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 2), alínea f)— Diver-sos	750.000\$00	
Artigo 14.º, n.º 4)— Obras em igrejas	200.000\$00	
Artigo 15.º, n.º 1), alínea b)— Portos e costas marítimas	500.000\$00	
Artigo 16.º, n.º 2), alínea a)— Estradas e caminhos	500.000\$00	
Artigo 16.º, n.º 2), alínea b)— Arrua-mentos	710.494\$10	5.360.494\$10

A inscrever no capítulo 1.º:

Artigo 9.º-A — Encargos administrativos:

Importância do desfalque praticado pelo paga-dor das obras públicas do distrito de Braga, destinada ao pagamento de despesas não satisfeitas por aquele exactor	231.167\$40
---	-------------

Total como acima 5.591.661\$50

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 3 de Junho de 1939.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.